

Escolas recebem advertência

DA REDAÇÃO

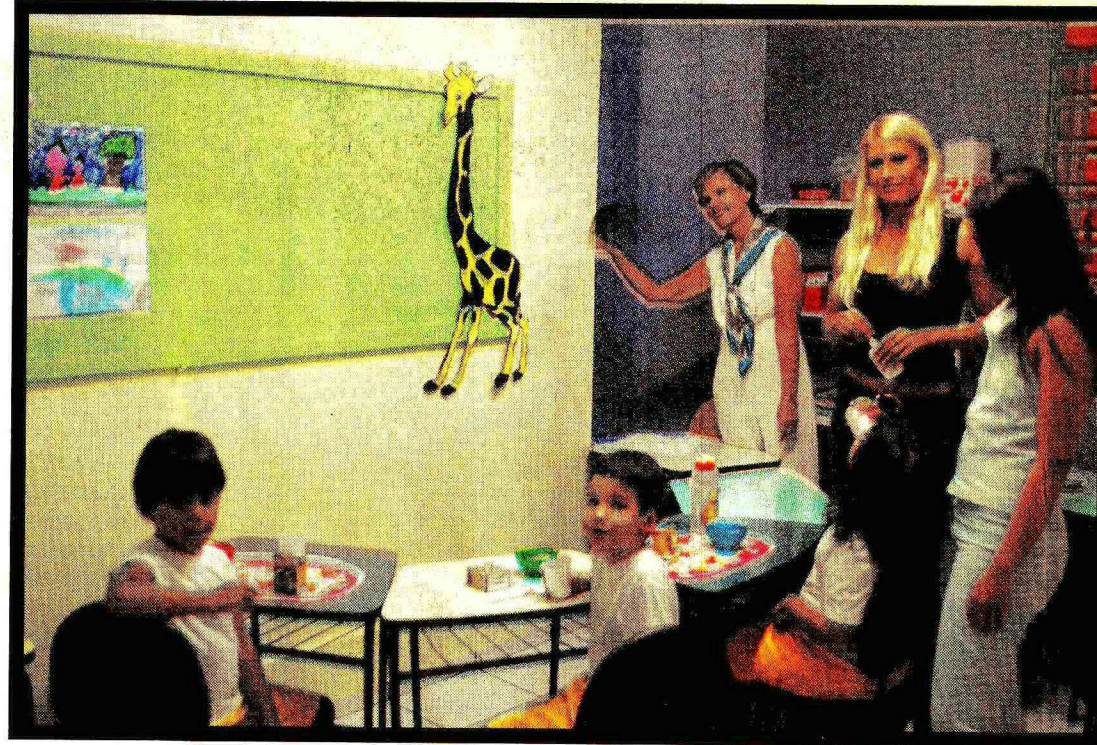
Adauto Cruz 4.5.04

Fiscais da Secretaria de Educação inspecionaram ontem duas instituições particulares de educação infantil em Samambaia, a Sementinha da Luz e a Escolinha Recreação Cantinho Feliz. Levantamento do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe) mostra que, somente na cidade, 33 estão sem credenciamento, em situação irregular. Mesmo assim, continuam a funcionar.

De acordo com a Resolução nº 1/2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal, a escola é considerada clandestina até que a secretaria publique uma portaria no *Diário Oficial*, regularizando-a. "Por lei, as instituições sem credenciamento não podem funcionar. Mas não temos poder de polícia para fechá-las", explica a gerente da área de instrução processual da secretaria, Penha Júlia Castro. "Nossa função é orientar os responsáveis para que as regularizem."

Na Sementinha da Luz, que atende 50 crianças de 2 a 5 anos, a assistente social Ercei Ribeiro, responsável pela escola, diz que desconhecia a ilegalidade. A creche funciona desde 1997 na quadra 109 de Samambaia e tem convênio com a Secretaria de Ação Social para atender crianças carentes. "Apesar de estarmos ligados a uma secretaria do governo, não nos foi exigido o credenciamento", afirma Ercei.

A Lei de Diretrizes e Bases da



ESCOLA BEM-ME-QUER CUMPRIU EXIGÊNCIAS: SALA PROJETADA PARA OITO CRIANÇAS E ACESSO A DEFICIENTES

Educação (Lei 9394/96) determina, desde 2000, que as creches sejam ligadas às secretarias de Educação. No início de abril, a Promotoria de Defesa da Educação (Proeduc) começou a avaliar a situação das escolas. Apenas nove creches estão vinculadas à Secretaria de Educação, como manda a lei. "Vamos exigir que o procedimento seja cumprido", adianta o promotor Marcos Donizeti Sampar.

É pouco provável que as escolas clandestinas sejam punidas ou fechadas. Até porque a rede pública não consegue atender

toda a demanda. Em 2004, ficaram de fora da escola 5.700 crianças entre 4 e 5 anos. O DF tem 340 escolas públicas e 401 particulares com pré-escola. Além disso, a secretaria não dispõe de infra-estrutura e quadro de pessoal suficientes para fiscalizar a clandestinidade. São apenas 28 funcionários, sem carreira própria.

A fiscalização é feita por professores que podem, a qualquer momento, ser transferidos para outras áreas. E o trabalho na rua depende de um jipe Toyota, de 1987, com suspensão traseira

quebrada. "Como falta carro, precisamos marcar as inspeções e em um dia fazer o trabalho de manhã e à tarde", diz a arquiteta Maria Helena Figueiro, funcionária da Gerência de Engenharia da secretaria.

Sem desculpas

O exemplo da Escola de Educação Infantil Bem-Me-Quer, instalada em área residencial no Cruzeiro Velho, mostra que cumprir as exigências do credenciamento não é tarefa difícil. A professora Erlanda Siqueira Chaves, 58 anos, abriu a escola

PROVÃO PARA 4ª E 8ª SÉRIES

O governo autorizou ontem a implementação ainda este ano a universalização do sistema de avaliação de estudantes do ensino público que cursam a 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. A medida, anunciada pelo porta-voz da presidência, André Singer, vai atingir 7,5 milhões de estudantes em 240 mil escolas públicas do país. De acordo com o Ministério da Educação, cerca de 96% das crianças entre 7 e 14 anos freqüentam a escola. Segundo Singer, o presidente Lula considera a providência um passo importante para a qualificação do ensino público, que apresenta deficiências.

no dia 2 de fevereiro deste ano, com tudo regularizado. "Decidi abrir somente quando já estivesse credenciada. Quem quer ter sua escola regularizada e seguir a orientação não tem desculpas para se manter na clandestinidade", afirma.

Erlanda também derrubou a casa que existia no terreno, porque o imóvel não se adequava às exigências para um projeto de escola. A quantidade de escolas funcionando irregularmente revolta a dona da Bem-Me-Quer. "Essa história de que a Secretaria de Educação é burocrática é

mentira. Tem de haver critério e fiscalização. Entrei com o pedido em julho do ano passado e em menos de seis meses estava com a autorização em mãos", conta a professora.

Coordenadora pedagógica da escola, a filha de Erlanda, Élide Siqueira, 28, fez o projeto educacional com base na orientação dos funcionários da secretaria. Com pós-graduação em Educação Infantil e Educação Especial, ela diz que ver as crianças estudando na Bem-Me-Quer é um sonho realizado. "Valeu a pena esperar", acredita.

A escola atende crianças de 2 a 6 anos. As instalações obedecem a todas as exigências da secretaria. As salas de aula foram projetadas para receber oito crianças, têm saídas de emergência, extintores de incêndio, sala de diretoria, cozinha, banheiro e rampas de acesso para deficientes físicos, área externa com e sem cobertura, e sala de leitura. Erlanda ainda acrescentou uma brinquedoteca, sala de vídeo e piscina.

Outra exigência da secretaria para escolas em áreas residenciais é a autorização dos vizinhos. "Consultei um por um e tenho a anuência deles", observa Erlanda. A professora concorda com as exigências para o credenciamento. "Estamos lidando com a educação de crianças, a responsabilidade é muito grande. Não podemos permitir que fábricas de dinheiro disfarçadas de escolas continuem funcionando. As normas precisam ser cumpridas."